MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

O PARADOXO DO REGIONALISMO À BRASILEIRA (2000-2010): NOTAS PARA SE PENSAR A AÇÃO DO BRASIL NA INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO NA IIRSA.[1]

KAREN DOS SANTOS HONÓRIO
Mestre em Relações Internacionais pelo PPGRI- San Tiago Dantas
Bacharel em Relações Internacionais pela Unesp/Franca
E-mail: kasaho@ig.com.br

RESUMO: A integração regional deve ser entendida como um processo com diferentes projetos em disputa, escolher o Brasil como a lente pela qual vamos observar nosso objeto (IIRSA) nos dá algumas pistas importantes sobre como o país vêm desenhando seu perfil de atuação na América do Sul nas últimas décadas. A integração regional ainda é tema muito persuasivo na política externa dos países sul-americanos mas por ser *sui generis*, principalmente no que tange à questões de supranacionalidade e na quantidade de mecanismos convivendo na região, seus objetivos e resultados fogem dos limites e padrões das concepções clássicas das teorias de integração (MALAMUD,2012). Dessa forma, este artigo tem como objetivo principal caracterizar a participação e a avaliação do governo brasileiro na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e através destas levantar algumas questões sobre a atuação brasileira no regionalismo sul-americano entre 2000-2010. Argumentamos que a IIRSA é um exemplo da atuação paradoxal do Brasil na América do Sul no começo do século XXI porque indica o descompasso entre o discurso diplomático de fortalecimento da integração e a atuação brasileira nessa direção.
Palavras chave: IIRSA; Política Externa Brasileira; Integração Regional Sul-Americana.

[1] Este artigo é uma versão síntese dos capítulos "Introdução e Capítulo 3 - A IIRSA e o Brasil" da dissertação de mestrado da autora sob orientação da Profa. Dra. Flavia de Campos Mello, defendida no PPGRI-San Tiago Dantas (Unicamp,Unesp,PUC-SP) em maio de 2013.

ABSTRACT: Regional integration should be understood as a process permeated by different competing projects, choose Brazil as a lens through which we observe our object (IIRSA) gives us some important clues about how the country is designing his profile role in South America in the last decade. Regional integration is still a very persuasive theme in the foreign policy of South American countries but because its *sui generis* characteristic, especially in regard to the issues of supranationality and the quantity of coexisting initiatives in the region, its objectives and results are beyond the limits of the concepts and standards posed by classical theories of integration (MALAMUD, 2012). Thus, this article's main objective is to characterize the participation and evaluation of the Brazilian government in the Initiative for the Integration of Regional Infrastructure in South America (IIRSA) and through these raise questions about the role of Brazil in the South American regionalism between 2000-2010 . We argue that IIRSA is an example of the paradoxical role of Brazil in South America in the early twenty-first century because it indicates the mismatch between the diplomatic discourse of integration and strengthening of Brazilian action in this direction.
Keywords: IIRSA; Brazilian Foreign Policy; Regional Integration in South America.

RESUMEN: La integración regional debe ser entendida como un proceso con diferentes proyectos en disputa y el escoger al Brasil, como el lente a través del cual vamos a observar a nuestro objeto, IIRSA, nos permitirá obtener algunas pistas de cómo el país ha venido diseñando su perfil de actuación en América del Sur durante las últimas décadas. La integración regional todavía es un tema muy recurrente en la política externa de los países suramericanos pero por poseer un carácter *sui generis*, principalmente en lo referente a las cuestiones de la supranacionalidad y en la cantidad de mecanismos conviviendo en la región, sus objetivos y resultados escapan de los límites y patrones de las concepciones clásicas de las teorías de la integración (MALAMUD, 2012). De esta forma, este artículo tiene como principal objetivo el caracterizar la participación del gobierno brasileño en la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA) y a través de ésta, indagar en algunos aspectos sobre la actuación brasileña en el regionalismo suramericano entre el 2000 y 2010. Consideramos que la IIRSA es un ejemplo de la actuación paradoxal del Brasil en la región a comienzos del Siglo XXI porque indica el divorcio entre el discurso diplomático de fortalecimiento de la integración y la actuación brasileña en la América del Sur.
Palabras Clave: IIRSA, Política Exterior Brasileña, Integración Regional Suramericana.

INTRODUÇÃO

A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) foi o primeiro mecanismo de integração regional na América do Sul que contou com a participação dos 12 países. Lançada na I Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em Brasília em setembro de 2000, ela pode ser entendida como oposição brasileira à proposta estadunidense da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Tal reunião representou uma inflexão no regionalismo sul-americano por incorporar novos temas[2] à agenda da integração regional e questionar os resultados do regionalismo da década anterior (Regionalismo Aberto). A IIRSA pode ser entendida como fruto do processo de transição entre os objetivos do regionalismo da década de 1990 (marcado por temas comerciais-tarifários e a necessidade de adequação-compromisso com os ajustes de abertura das economias) e a volta do tema do desenvolvimento nas arenas de integração regional sul-americana.

Nos dez anos de existência, a iniciativa representou a convergência política dos países da região em torno do tema da infraestrutura, sendo este

[2] Nesse encontro os países levaram para a arena da integração regional assuntos que anteriormente limitavam-se às suas fronteiras nacionais, como foi o caso da infraestrutura. Além de representar o entendimento dos países da região em relação a temas como liberalização das economias, respeito ao direito internacional, abertura dos mercados nacionais, democracia, estabilidade política e multilateralismo, temas caros à época, a reunião teve sua importância porque representou a visão conjunta dos 12 países sobre as transformações necessárias para que eles alcançassem níveis sociais e econômicos superiores aos da década de 1990.Esse novo momento do regionalismo na América do Sul foi traduzido por meio da identificação de cinco temas sobre os quais deveriam se basear os esforços de cooperação e interesses recíprocos dos países da região, a saber: 1)democracia; 2)comércio; 3)infraestrutura de integração; 4)drogas ilícitas e delitos conexos; 5)informação, conhecimento e tecnologia. Mais do que apenas mostrar as mudanças na agenda da integração regional, os temas elencados na reunião de Brasília expressaram como os países leram questões importantes para a região num movimento dialético entre o externo e o doméstico.O que significa dizer que as definições desses conceitos (democracia, infraestrutura, comércio) refletiram as determinantes globais influenciando nos contextos nacionais e por sua vez, sendo replicados à lógica regional.

compromisso renovado pelos governos eleitos durante o período. O principal resultado da iniciativa foi a formação de uma carteira de projetos conhecida mutuamente pelos países, que incluem 544 obras com potencial integrador da região definidas por consenso entre os governos dos países nas reuniões do órgão executivo da iniciativa, o Comitê de Direção Executiva.[3]

Historicamente a IIRSA foi importante não apenas por incorporar o tema da infraestrutura na integração regional, mas também porque a partir dela questões presentes nos debates atuais sobre o regionalismo sul-americano (como a necessidade da redução de assimetrias, o acirramento das diferenças de projetos entre os países quanto aos rumos da integração, a cobrança por maior participação política e a convergência dos governos em temas de segurança e energia) ganharam força para vir à tona nos foros regionais no decorrer dos anos 2000-2010.

Da parte brasileira, a IIRSA tornou-se objeto interessante de análise na medida em que ilustra um dos perfis brasileiros no regionalismo sul-americano no início da década de 2000, onde fica claro o descompasso entre o discurso diplomático para uma integração regional que busca o fortalecimento institucional e as ações do país na consolidação desse objetivo.

A tensão entre essas duas variáveis -discurso e prática- explica em grande medida a dificuldade dos analistas em caracterizar a atuação do Brasil na região nos últimos anos pois ela se dá na maioria das vezes fora dos

[3] A estrutura institucional da IIRSA era composta da seguinte forma: Comitê de Direção Executiva (CDE); Comissões Nacionais, ambos compostos por equipes dos governos dos países; Comitê de Coordenação Técnica (CCT) formado pelo Banco Internamericano de Desenvolvimento (BID) e Corporação Andina de Fomento (CAF) e grupos técnicos de trabalho organizados por eixo de desenvolvimento.

mecanismos de integração regional[4] criados por ele. O protagonismo brasileiro em criar iniciativas e a opção do país em atuar fora delas, mesmo quando o "tema" da atuação é contemplado pelo mecanismo de integração, criam um verdadeiro paradoxo sobre a presença brasileira na América do Sul. E geram ambiguidade também na avaliação dos vizinhos que ora acusam o país de "imperialista", ora o cobram como *paymaster* da integração.

O objetivo central desse artigo é através do exame da participação e a avaliação do Brasil na IIRSA levantar questões sobre o perfil da atuação brasileira no regionalismo sul-americano na década de 2000-2010. Apontamos que a análise desse objeto nos permite indicar um descompasso entre discurso e prática da política integracionista brasileira, não houve esforço para criar órgãos com poderes deliberativos e de execução do que era proposto, mudança dos princípios norteadores ou o fortalecimento político da iniciativa. Ela exemplifica uma tendência do regionalismo brasileiro pautado por propostas intergovernamentais –sem carga supracional- e pela busca de convergência regional política acerca de temas do interesse nacional brasileiro.

O artigo não pretende discutir se uma postura diferente do Brasil na IIRSA aprofundaria ou não a integração regional, nossa proposta é através da iniciativa indicar a ambiguidade entre o discurso diplomático para a integração regional e as ações do país na América do Sul. O discurso integracionista serve muitas vezes para legitimar ações brasileiras não-relacionadas com a integração regional.

[4] No que tange à infraestrutura, grande parte das obras realizadas por empresas brasileiras nos países vizinhos têm caráter nacional (não de integração física bi ou trinacional), não fazem parte do escopo de projetos da IIRSA.

IIRSA: UMA PROPOSTA BRASILEIRA

Lançada na I Reunião de Presidentes da América do Sul, a IIRSA pode ser entendida como o resultado da aplicação da metodologia de planejamento da infraestrutura do governo brasileiro no final dos anos 1990, na América do Sul. A necessidade de um planejamento sistemático da infraestrutura regional encontra suas raízes no modelo adotado pelo Ministério de Planejamento para a elaboração dos Planos Plurianuais (PPAs), 1996-1999/2000-2003, baseados nos cinturões de desenvolvimento, renomeados eixos de integração e desenvolvimento pelo governo, pensados por Eliézer Batista da Silva.[5]

O estudo de Batista, "Infraestrutura para desenvolvimento sustentado e integração da América do Sul", foi realizado entre 1995-96 e teve patrocínio do Bussiness Council for Sustainable Development – Latin America (BCSD-LA). Ele passou a ser o documento base no governo Fernando Henrique Cardoso para o planejamento da infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações. A ideia foi ter um plano de investimentos programados tendo como referência as linhas de articulação econômica e territorial dos mercados regionais com os mercados internacionais (ACSELRAD, 2001 p. 41).

Batista (1997) trabalhou com uma perspectiva geoeconômica, aplicada não apenas ao espaço territorial brasileiro mas também no Cone Sul. Assim, a integração regional e o benefício econômico deveriam prevalecer sobre os critérios do interesse nacional e a soberania na ocupação dos territórios (ACSELRAD, 2001).

[5] Eliézer Batista (MG, 4 maio 1924) engenheiro civil, foi um dos maiores empresários brasileiros no setor de infraestrura. Ministro de Minas e Energia no governo João Goulart (1961-1964), presidente da Companhia Vale do Rio Doce de 1979 a 1986 e atuou na Secretaria de Assuntos Estratégicos em 1992, deixando o cargo no início do processo de *impeachment* do governo Collor.

Para ele, o desenvolvimento territorial deveria implementar-se a partir da ideia de cinturões de desenvolvimento que contemplassem um "aglomerado" de projetos mais bem distribuídos (ACSELRAD, 2001, p. 45).

A visão de planejamento regional contida no trabalho atrelava a necessidade de se modernizar a infraestrutura brasileira com o avanço na integração regional da América do Sul. A integração regional de Batista passava pela concepção da metodologia dos eixos de desenvolvimento:

> Cinturões de desenvolvimento econômico através do continente podem ser formados pela ligação de dois ou mais centros urbanos existentes e a atividade econômica a eles associada, a começar pelas redes de transporte e incluindo instalações de estocagem e manuseio, hidrovias, ferrovias e rodovias. A capacidade gerencial de administrar e manter todas essas instalações é também uma parte crucial do sistema (BATISTA, 1997, p.33-34).

A IIRSA foi pensada nos moldes desse estudo. Ao analisarmos a definição dos eixos nacionais de desenvolvimento dos PPAs de 1996-1998, conhecido como "Brasil em Ação"; e de 2000-2003 "Avança Brasil", fica claro a sul-americanização de uma estratégia brasileira. "Ao esquadrinhar o território nacional, tornou possível compreender melhor o Brasil e definir caminhos para o desenvolvimento econômico e social"[6], ao trocarmos "nacional" por "regional" e "Brasil" por "América do Sul", tal afirmação caberia perfeitamente no Plano de Ação para a IIRSA apresentado em 2000.

Couto (2010) considera que a IIRSA representou uma tentativa de resgatar investimentos em infraestrutura para região e associou esse raciocínio com a redução, no Brasil, da agenda privatizadora no fim dos anos 1990. Segundo o autor, grande parte dos investimentos do setor de infraestrutura foi direcionada à transferência de ativos, e não a novos investimentos. Assim, a

[6] Disponível no site: <http://www.abrasil.gov.br/anexos/anexos2/fr_eixos.htm>. Acesso em: 28 dez.2012.

IIRSA seria uma opção de atração desses investidores em escala regional, o que beneficiaria o Brasil. A liderança brasileira na proposta da iniciativa, no entanto, não pode ser estendida ao campo do avanço institucional.

Posto que a existência da IIRSA perpassou governos diferentes -Fernando Henrique Cardoso (FHC) 1998-2002 e Luís Inácio Lula da Silva 2003-2010- torna-se necessário caracterizar o perfil e os objetivos da política externa brasileira para a América do Sul nesses períodos.

A América do Sul tornou-se um dos eixos centrais na Política Externa brasileira na primeira década de 2000, essa tendência foi impulsionada por mudanças de caráter externo e interno na economia (LIMA, 2007; VIGEVANI e CEPALUNI, 2007).

Ao analisarmos em perspectiva, durante os governos de FHC (1995-2003) a América do Sul representou o *lócus* onde o Brasil pôde "proteger-se" do principal elemento do regionalismo aberto na região durante os anos 1990: a proliferação de tratados de livre-comércio assinados com os Estados Unidos. Nesse período, em que o liberalismo e a abertura das economias nacionais ditavam o mote da inserção dos países sul-americanos na economia internacional o país conseguiu por meio da criação do Mercosul impedir, de certa forma, que a presença dos Estados Unidos fosse maior no Cone Sul.

Outro aspecto muito relevante para a valorização do termo América do Sul na política externa brasileira é apontado em contraposição ao termo América Latina. Dois aspectos são indicados para tal: 1) no início dos anos 1990 os países da região estavam fortemente endividados e precisavam negociar suas dívidas externas com órgãos de financiamento como o Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse organismo colocava todos países do subcontinente dentro de uma mesma categoria: "Latino-americanos". Com a incapacidade do

México em honrar seus empréstimos, países como o Brasil consideravam prejudicial serem associados a essa categoria. Ela reduzia o poder de barganha nas negociações de novos empréstimos porque remetia às características de mau pagador representado pelo México. Uma maneira de diferenciar-se do estereótipo de "latino-americano mau pagador" baseava-se na opção pela identidade Sul-americana. 2) Em 1994, o México ingressou no Nafta[7] e optou pelo bloco regional formado por Estados Unidos e Canadá, esse bloco carregou uma proposta de integração marcada por extremas assimetrias comerciais e fortalecia a posição dos Estados Unidos nos esquemas regionais no hemisfério, aqui também houve o diagnóstico da necessidade em desvincular-se do termo América Latina a fim de buscar uma postura mais autonomista da parte brasileira (FIORI, 2010).

Dessa forma durante os anos de governo FHC, o Brasil buscou fortalecer sua posição de *global player* na arena internacional[8] e utilizava a América do Sul para fortalecer seu papel de liderança regional por meio do Mercosul (SARAIVA, 2010).

Saraiva (2010) salienta ainda que a percepção de que o Brasil precisaria do apoio dos países do seu entorno regional para fortalecer sua inserção internacional fez com que o Itamaraty adotasse novas posturas frente à região durante tendo o Mercosul como canal central pelo qual se estabeleciam indiretamente as relações do Brasil com os demais países da região[9].

---

[7] *North American Free Trade Area*, tratado de livre-comércio entre Estados Unidos, México e Canadá assinado em 1994.

[8] Miyamoto (2010) afirma que projetar-se na arena internacional sempre foi objetivo da política externa brasileira não importando a época. Dessa forma deixamos claro aqui que essa característica não é exclusiva do governo FHC ou do governo Lula, o que muda são as estratégias para alcançar tal objetivo e o significado do que é esta projeção.

[9] Saraiva (2010) cita como exemplo de tal relação o Acordo de Ushuaia, celebrado em 1998 entre os países do Mercosul, Chile e Bolívia. Nesse tratado é estabelecida a cláusula da plena

A prioridade da América do Sul para a política externa brasileira do período estava vinculada com implicações regionais diretas, como o caso da criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) proposta pelos Estados Unidos, resultando em escassos resultados em termos das iniciativas para a região (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

O *turning-point* do regionalismo sul-americano aconteceu no último governo de FHC: a I Reunião de Presidentes da América do Sul. Assim, o evento ocorrido ainda no governo antecessor torna-se antecedente essencial para entender como os governos Lula olharam para a América do Sul (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

No primeiro governo Lula (2003-2006) a dimensão da América do Sul foi dilatada. Ela passou a não apenas ser tomada como lugar para o fortalecimento da posição internacional do país e a criação de um bloco que o legitimasse como líder regional mas, também a região na qual o país poderia colocar em prática suas políticas de desenvolvimento econômico e seus interesses domésticos (SARAIVA, 2010). Nas palavras do ex-presidente: "Fizemos do entorno sul-americano o centro de nossa política externa. O Brasil associa seu destino econômico, político e social ao do continente, ao Mercosul e à Comunidade Sul-Americana de Nações" (LULA DA SILVA, 2007 apud VIGEVANI; e CEPALUNI, 2007).

Nesse sentido o subcontinente foi visto como uma nova área em que a indústria brasileira poderia levar vantagem em decorrência das falhas dos sistemas produtivos dos países vizinhos (SARAIVA, 2010). Isso significa dizer que a expansão dos negócios para a América do Sul tornava-se muito vantajosa

vigência de instituições democráticas como prerrogativa para desenvolvimento dos processos de integração regional.

para as empresas brasileiras e que dessa forma era interessante a nossa diplomacia estabelecer uma relação que priorizasse a cooperação com os países da região. As propostas de integração para a América do Sul precisavam englobar as novas frentes em que o Brasil estava envolvido.

Essa demanda, vinda desde a I Reunião de Presidentes da América do Sul, por mecanismos de integração que envolvessem áreas ligadas diretamente ao desenvolvimento econômico dos países, como a infraestrutura e a questão energética, fez com que o Brasil colocasse mais vigor em iniciativas que estavam surgindo- como o caso da Comunidade Sul- Americana de Nações (Casa)[10]- do que no Mercosul.

Por meio da Casa-Unasul a diplomacia de Lula, colocou em prática a institucionalização do diálogo multilateral na região iniciado por Cardoso, mas que só se efetivou no governo de seu sucessor (COUTO, 2010).

Ainda no contexto das políticas externas dos governos FHC e Lula, é necessário abordar a divisão de correntes dentro do Itamaraty e como ela influenciou na formulação das políticas. São identificadas na literatura duas correntes principais dentro da instituição, cada uma carrega uma visão própria do sistema internacional e do papel do Brasil: autonomistas (têm uma visão da política externa ligada a matrizes desenvolvimentistas) e institucionalistas pragmáticos (possuem uma visão mais liberal) (SARAIVA, 2010).

Durante os governos de FHC houve predominância das matrizes de pensamento dos institucionalistas pragmáticos enquanto no governo Lula houve predominância dos autonomistas. Cabe salientar também que ao assumir Lula convida Marco Aurélio Garcia (Secretário de Relações Internacionais do PT)

[10] Proposta surgida em 2003 na III Reunião de Presidentes da América do Sul, em Cusco, posteriormente transformada em União Sul-Americana de Nações (Unasul), em 2008.

para ser seu assessor em assuntos internacionais, quebrando em certa medida o monopólio do Itamaraty em relação à política externa (SARAIVA, 2010).

A diferença das matrizes de pensamento dessas correntes no interior do organismo vai influenciar nos modelos de inserção internacional do país em cada momento, Vigevani e Cepaluni (2007) caracterizam o período de FHC como "autonomia pela integração"[11]. No ambiente internacional, dominado por uma grande potência e no qual o poder do Estado brasileiro debilitou-se em termos relativos, a perspectiva institucionalista passou a ser vista como favorável aos interesses brasileiros, porque promovia o respeito às regras do jogo internacional, as quais uma vez estabelecidas deveriam ser respeitadas por todos inclusive pelos países mais poderosos.

No contexto do Mercosul e da América do Sul, a perspectiva é diferente. Nesse caso, uma relação de poder mais favorável é vista como útil para impulsionar uma inserção universal do tipo de *global player* (CINTRA; OLIVEIRA; VIGEVANI, 2003, p. 2). Podemos então entender a autonomia pela integração como a adesão aos regimes internacionais, inclusive os de cunho liberal, sem a perda da capacidade da gestão da política externa regional.

Já a política externa de Lula corresponderia ao conceito de "autonomia pela diversificação" com a adesão aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, pois elas reduziriam as assimetrias nas relações

[11] Os conceitos "autonomia pela participação" bem como "autonomia pela distância" são trabalhados por Gelson Fonseca Junior (1998) para caracterizar a postura do Brasil no sistema internacional antes de depois da Guerra Fria. Vigevani e Cepaluni utilizam-se do termo "autonomia pela integração" para caracterizar o governo FHC e a qualificam como "autonomia pela diversificação" para ilustrar o período Lula, Luiz Felipe Lampreia (1998) em texto próprio sobre a política externa de FHC também utiliza o termo "autonomia pela integração" para caracterizar o período que esteve à frente da diplomacia brasileira.

externas com países mais poderosos e aumentariam a capacidade negociadora nacional (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).[12]

Ao olharmos para os quadros que compunham o corpo técnico-executivo da política externa nos dois governos: 1) FHC: Luiz Felipe Lampreia e Celso Lafer; 2) Lula: Celso Amorim, Samuel Pinheiro Guimarães e Marco Aurélio Garcia, podemos observar que essas clivagens apontadas por Saraiva e outros analistas correspondem ao foco que respectivamente esses governos deram à região dentro de uma perspectiva maior do que deveria ser o papel do Brasil nas relações internacionais.

Assim podemos dizer que conforme os anos 2000 foram avançando a América do Sul foi se tornando cada vez mais presente nos discursos diplomáticos brasileiros, é durante essa década também que os investimentos diretos externos brasileiros aumentam vertiginosamente na região . A literatura sobre política externa brasileira não chega a um consenso sobre se houve ou não mudanças significativas para a América do Sul dentro das políticas externas de FHC e Lula.

De nossa parte consideramos que não houve grandes rupturas com as políticas que vinham sendo desenvolvidas na região anteriormente mas, um fortalecimento dos aspectos políticos da integração regional durante o governo Lula. A dilatação da região, conforme já colocamos, tornou o subcontinente uma extensão do *lócus* de desenvolvimento do Brasil revelando também um caráter que foge da alçada das iniciativas de integração regional meramente.

O foco do governo Lula foi a busca de iniciativas que gerassem desenvolvimento e que cumprissem o papel de institucionalizar a região no seu sentido simbólico, em torno de uma identidade regional. Apesar de manter uma

[12] Para esses autores os conceitos de "autonomia" e " universalismo" são os elementos constantes na formulação da política externa brasileira historicamente.

política externa assertiva em relação à América do Sul, por meio de várias iniciativas e frentes de ação, o Brasil não forjou nos últimos 20 anos o papel de líder junto a seus vizinhos (SARAIVA, 2010).

A IIRSA A PARTIR DOS DISCURSOS BRASILEIROS

Conforme podemos observar nos documentos oficiais, a menção à necessidade da integração física na América do Sul começou aparecer nos discursos de FHC no começo do ano 2000 e foi ganhando vigor até culminar na I Reunião dos Presidentes da América do Sul com a proposta da IIRSA pelo governo brasileiro.

Em discurso de encerramento da IV Reunião de Chanceleres do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA)[13] o presidente atentou para o fato de que a integração não deveria preconizar apenas aspectos comerciais e dizia considerar mais importante as iniciativas de integração física, de energia, transportes e comunicação como caminho de desenvolvimento em longo prazo.

FHC citou o "Avança Brasil" como resultado de esforço e planejamento do governo brasileiro para sanar as questões de infraestrutura por meio de uma metodologia que envolveu eixos de integração e desenvolvimento.[14] E nas palavras do ex-presidente: "Estou convencido de que o desenho desses novos eixos de desenvolvimento e de integração, desses novos vetores de dinamismo econômico, deve ser necessariamente pensado em escala regional sul-americana e também amazônica- e não apenas nacional" (FHC, 2000).

[13] Realizada em Caracas, Venezuela em 6 de abril de 2000.

[14] Essa metodologia de eixos de integração e desenvolvimento têm sua gênese na formulação de Eliézer Batista e foi aplicada nas regiões brasileiras vindo desde a década de 1990.

Nesse ponto ainda não se falava diretamente da proposta da IIRSA, mas já podemos vislumbrar com base no distanciamento histórico a sul-americanização de um plano brasileiro em relação ao desenvolvimento da infraestrutura. O pano de fundo para a proposta brasileira encontrar adesão entre os países vizinhos era a integração regional como meio de desenvolvimento frente às novas condições da economia internacional, desenvolvimento que deveria ser pensado para além das fronteiras nacionais (FHC, 2000).

A infraestrutura, especificamente no que tange as fontes de energia, também foi apontada por FHC em discurso na Cerimônia de abertura da VI Cúpula do Mercosul[15] como um elemento historicamente indutor de homogeneização dos interesses dos países da América do Sul mencionando exemplos como Itaipu, Salto Grande, Yaciretá, a Rodovia Panamericana e as pontes internacionais. Nesse discurso o ex-presidente brasileiro anunciou a I Reunião de Presidentes da América do Sul que aconteceu em Setembro do mesmo ano em Brasília.

É interessante notar, ao olharmos em perspectiva os discursos do presidente no período, como o foco da abordagem brasileira para a América do Sul vai se distanciando do Mercosul e se aproximando da necessidade da integração baseada na infraestrutura, não dizemos aqui que o Mercosul foi posto de lado nos discursos brasileiros, mas que a infraestrutura passou a ter um peso maior quando se falava em integração regional.

Em discurso para os formandos do Instituto Rio Branco em maio de 2000, FHC salientou que o Brasil foi um dos poucos países da região que conseguiu continuar um esforço de planejamento de infraestrutura durante a década de

[15] Realizada em 7 de Maio de 2000, no Rio de Janeiro-Brasil.

1990 e que com a retomada do crescimento doméstico o país podia reacender o esforço de planejamento na América do Sul.

Nesse mesmo discurso foi colocado que esse esforço não prescindia da iniciativa privada nem da sociedade civil, mas que necessitaria concomitantemente do planejamento e da coordenação dos Estados. Para avançar no redesenho da geografia econômica da América do Sul o Brasil contava com a ajuda do BID para identificar novos eixos de desenvolvimento, novas sinergias e infraestrutura (FHC maio 2000). Temos então a parceria entre o governo brasileiro e o BID no lançamento da IIRSA.

Podemos considerar que a IIRSA foi a principal iniciativa para a região[16] na política externa brasileira do governo FHC. Ela representou um entendimento de que a criação de uma instância para a identificação de projetos de infraestrutura nos países da América do Sul era necessária para atrair investimentos e criar uma espécie de convergência entre os governantes em torno da necessidade de se tornar a infraestrutura tema chave em seus planos de governo nacionais.

O estudo de Couto (2010) avalia que além do consenso político em torno da importância da carteira de projetos por parte dos países, o aval de instituições financeiras internacionais reconhecidas pelo mercado como o BID e a Corporação Andina de Fomento (CAF)[17] reduziriam os riscos de investimento nos projetos e atrairia investimentos externos. Esse aspecto do estímulo à participação de capital privado no financiamento das obras marcou os

[16] A convocação da I Reunião dos Presidentes da América do Sul também é um marco importante na política externa de FHC para a região, representando uma inflexão no regionalismo sul-americano no início do século 21.

[17] BID, CAF e Fonplata são originalmente os órgãos financiadores da IIRSA e compõem o Comitê de Coordenação Técnico (CCT). Conforme nossa pesquisa esses órgãos financiam principalmente a fase de estudos dos projetos e as reuniões da iniciativa.

princípios norteadores da IIRSA e incomodou a diplomacia brasileira nos primeiros anos do governo Lula.

A IIRSA sofreu uma revisão dentro da política externa brasileira, a respeito dos princípios norteadores a partir do primeiro governo Lula, em 2003. A primeira crítica à iniciativa foi o fato de que ela representaria um modelo de integração baseada em princípios de integração neoliberais e uma referência ao projeto brasileiro para a América do Sul do governo anterior (COUTO, 2010).

Lula foi eleito com um discurso ancorado na mudança, sua diplomacia vislumbrava uma política externa ligada a temas sociais, políticos e de desenvolvimento no que tangia as suas políticas integracionistas, na qual os Estados teriam papel fundamental na coordenação. Houve, dentro dessa lógica, uma discordância nos moldes como a iniciativa era conduzida e em como os temas eram tratados (COUTO,2009).

O direcionamento da iniciativa ao setor privado foi revisado ao longo do governo Lula e o Estado foi eleito como o principal participante não só no apoio ao fortalecimento das políticas pró-infraestrutura mas também no direcionamento das forças de mercado para setores e investimentos em tais obras, sendo qualificado como o promotor do desenvolvimento (COUTO, 2010).

Esse aspecto é revelador no que tange à principal característica da atuação brasileira na América do Sul principalmente a partir de 2004, a participação do BNDES em financiamentos em obras de infraestrutura da região. No entanto, observamos que essa atuação não aconteceu por meio da IIRSA.

A diplomacia brasileira no período Lula vai priorizando em seus discursos o tema (infraestrutura) sobre a iniciativa (IIRSA), conforme notamos nos discursos do presidente nas reuniões de chefes de Estado da América do Sul

houve uma prevalência, principalmente a partir de 2006, em se referir indiretamente a ela através do termo "integração de infraestrutura".

Na primeira participação de Lula na III Reunião dos Presidentes da América do Sul, realizada em 8 de dezembro de 2004 em Cusco-Peru[18], o presidente cobrou uma participação maior do BNDES e fez menção à necessidade do FMI excluir dos cálculos do superávit primário os investimentos em infraestrutura feitos pelos países da região.[19] O presidente avaliava que a Agenda de Implementação Consensuada (AIC) e o estabelecimento dos 31 projetos prioritários era um marco da evolução da iniciativa.

Durante discurso de abertura e encerramento na Primeira Reunião de Chefes de Estado da Casa em 2005, realizada em Brasília, o presidente Lula colocou a questão da infraestrutura e a própria IIRSA como alicerce da proposta desta instituição e ressaltou o papel que o BNDES vinha desempenhando na região através de financiamentos de empresas e serviços brasileiros para a realização de obras de infraestrutura na América do Sul. Segue:

> Meus amigos, a casa que estamos construindo requer soluções inovadoras de financiamento e exige também o empenho do nosso empresariado. Por meio do BNDES e do Proex, o governo brasileiro tem financiado a exportação de bens e serviços para a realização de obras com interesse direto para a integração continental. Encontra-se em andamento, na região, 43 projetos de infraestrutura com financiamento brasileiro, num total de 4 bilhões e 300 milhões de dólares. Para alavancar ainda mais a nossa capacidade de financiamento, o Brasil tomou a iniciativa de incorporar-se como membro pleno da Corporação Andina de Fomento, aumentando significativamente nossa participação no capital da instituição.(LULA, 2005, no discurso de abertura da I Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-americana de Nações).

[18] Durante essa reunião surge a proposta da Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa) que já vinha sendo discutida desde a I Reunião dos presidentes em 2000.

[19] Cabe lembrar que a situação fiscal dos países da região na época era de restrição e de fortes endividamentos junto ao FMI.

A partir de 2006 os discursos brasileiros evocaram a necessidade da implementação das obras de infraestrutura como condição primordial para avançar na integração regional e no comércio da América do Sul com o resto do mundo principalmente com a Ásia e outros países do Sul, isso não é novidade em termos do discurso brasileiro para a integração sul-americana, o interessante é notar que não houve mais referências a IIRSA ou mesmo ao BNDES para tal fim.

Nas reuniões de 2008[20], 2009[21] e 2010[22] não existiu menção à iniciativa nem ao banco de fomento brasileiro, no entanto, os temas que ambos representam foram colocados como essenciais na nova proposta regional representada pela Unasul. O presidente Lula salientou que os países precisavam avançar nos projetos de integração de infraestrutura física e energética e no estabelecimento de uma nova arquitetura financeira regional que possibilite tal ação, ou seja, percebemos outro tipo de tratamento para esses temas.

Houve uma menção estritamente técnica a IIRSA no final do governo Lula, a iniciativa não gozou de status dentro da estratégia brasileira para a América do Sul durante esse período. No entanto, a infraestrutura foi um dos grandes "assuntos" e área em que o Brasil atuou na América do Sul principalmente depois de 2005 por meio dos financiamentos via BNDES.

Isso é interessante na medida em que o BNDES foi eleito nos primeiros anos do governo Lula como um dos principais órgãos com potencial de

[20] Reunião extraordinária de chefes de Estado e de Governo da União Sul-Americana de Nações (Unasul). Brasília-DF, 23 de maio de 2008

[21] Reunião extraordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Bariloche-Argentina, 28 de agosto de 2009

[22] IV Reunião ordinária de chefes de Estado e de governo da Unasul Georgetown. Guiana, 26 de novembro de 2010.

financiamento dos projetos da IIRSA, sendo esse fato percebido nos discursos do presidente nas primeiras cúpulas sul-americanas em que participou. No entanto, essa "responsabilidade" do banco vai perdendo força na fala presidencial nos anos seguintes. Um dos principais motivos para a diminuição do discurso brasileiro nesse sentido, baseia-se na constatação de que a participação do BNDES é condicionada por regras e normas nacionais com marcos de restrição dos créditos nacionais além das fronteiras brasileiras (ALVES, 2008).

O banco emprega um viés técnico e pragmático bastante rígido para concessão de suas linhas de crédito, em que as condições fiscais do país onde a obra será desenvolvida e as garantias dos pagamentos são considerados elementos importantes. Assim, Lula a partir de 2006 percebeu que o BNDES era muito mais rígido em termos de condições para o financiamento da integração regional e passou a usar a retórica do banco financiar a região de modo mais cuidadoso. O tratamento diferenciado que o Brasil deu para cada país estava ligado aos interesses dos setores econômicos brasileiros nos primeiros (ALVES, 2008).

Outra questão importante em relação ao BNDES na concessão de financiamentos a obras de infraestrutura na região está na restrição de que o banco só financia diretamente empresas e serviços brasileiros, ou seja, as empresas brasileiras precisam ganhar as licitações das obras e apresentar os projetos ao BNDES e é o banco baseado nas garantias e interesses financeiros que decide qual empresa/obra financiar.

Nesse ponto podemos sugerir que por mais que o discurso que apoiava a ação do banco fosse a integração regional, ao fim eram os serviços e empresas brasileiras que estavam sendo financiados de acordo com os

interesses destes. Partem desse ponto as principais críticas à participação do BNDES na América do Sul, estudos como os de Novoa (2009), Ceceña (2010), Luce (2007) atestam que o Brasil se utiliza do discurso da integração regional para adotar um postura "imperialista" e /ou "sub-imperialista" na região através da internacionalização de suas empresas.

Outros estudos (SENNES, 2010; COUTO, 2010; CARVALHO, 2011) amenizam essa leitura de "imperialismo" mas defendem que a atuação do BNDES pode ser entendida como um projeto brasileiro que não guarda relações diretas com algum aprofundamento integracionista - apesar do discurso diplomático- residindo nessa estratégia para a América do Sul interesses de desenvolvimento econômico internos e de projeção internacional da economia brasileira.

No que concerne diretamente à participação do BNDES na IIRSA não há consenso nos poucos estudos encontrados[23], e isso pode ser explicado pela dificuldade em se rastrear os financiamentos do banco por conta da ausência de uma base pública sobre todos os investimentos na América do Sul, a principal razão para a não-existência desta é o argumento do sigilo bancário das empresas (CARVALHO, 2011).

Mesmo a utilização de dados iguais geraram análises opostas entre os estudiosos (CARVALHO, 2011; COUTO,2008; DEOS e WEGNER,2009). A participação do BNDES nas obras da iniciativa variou também na literatura de acordo com a crítica que os analistas fizeram aos princípios e projetos da IIRSA.

De nossa parte ao procurarmos no banco de projetos online, localizamos apenas quatro projetos em que o BNDES aparece como financiador, somando investimentos em torno de 643 milhões de dólares no total .

[23] Para um debate mais detalhado acerca da participação da do BNDES na América do Sul ver CARVALHO, 2011 e ALVES, 2008.

Tabela 1 – Projetos da IIRSA financiados pelo BNDES

Eixo	Nome do Projeto	Montante em Milhões de dólares
Eixo Andino	Conclusão da pavimentação Potosí – Tarija	238.200.000,00
Eixo de Capricórnio	Pavimentação Potosí – Tupiza – Villazón	180.400.000,00
Eixo Interoceânico Central	Pavimentação Potosí – Tupiza – Villazón	180.400.000,00
Peru-Brasil-Bolívia	Rodovia Cobija – El Choro – Riberalta	44.200.000,00
Total		**$ 643.200.000,00**

Fonte: Elaboração própria. Dados IIRSA (http://www.iirsa.org/proyectos/Proyectos.aspx).

A dificuldade em apontar o que de fato foi financiado pelo Brasil na iniciativa reside também na participação indireta do país por meio dos financiamentos da CAF. Ao colocarmos em perspectiva o que o BNDES financiou diretamente na IIRSA, através dos dados do site oficial, cerca de 640 milhões, somados ao que o Brasil financiou através da CAF, 1,6 bilhões, temos um total de 2,2 bilhões financiados pelo Brasil nos projetos da IIRSA até dezembro de 2012.

Em documento elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores[24] o governo brasileiro estava financiamento em 2010, cerca de 80 projetos de infraestrutura na América do Sul via BNDES, cerca de 10 bilhões de dólares cujas principais empresas executoras das obras eram a Odebrecht, OAS e a Queiroz Galvão. Comparando os dois montantes fica claro a opção do Brasil em financiar obras via BNDES fora do escopo da iniciativa.

A separação entre o discurso diplomático a favor da integração da infraestrutura e as ações tomadas pelo país no sentido do fortalecimento

[24] Balanço da Política Externa Brasileira 2003-2010.

institucional de tal projeto deve ser feita para melhor compreendermos o papel brasileiro nesse contexto.

A RETÓRICA DA INTEGRAÇÃO REGIONAL E OS INTERESSES BRASILEIROS NA AMÉRICA DO SUL

Uma constante observada entre os analistas de política externa brasileira é a de que em termos de políticas para a América do Sul o discurso diplomático brasileiro a favor da integração regional deve ser considerado mais como um recurso retórico com objetivos de convergência política na região do que em termos de realizações efetivas (MIYAMOTO, 2008; SPEKTOR, 2010; SENNES, 2010; MALAMUD, 2012, VEIGAS e RÍOS, 2008).

Miyamoto (2008) aponta que a integração regional na América do Sul não avança pois os países buscam fundamentalmente lucros individuais utilizando-se de instituições multilaterais como instrumentos de suas políticas, o Brasil não destoa e age primeiramente de acordo com seus próprios interesses implementando as políticas que lhe são mais convenientes. Para o autor prova disso seriam as oscilações dos objetivos das intenções brasileiras no subcontinente ao longo do tempo de acordo com as necessidades domésticas e externas do país.

Spektor (2010) ressalta que o ativismo brasileiro na região é renovado a partir de 2000 e a intenção de tal estratégia tem fins calcados no aumento de *policy space*. Para esse autor a prevalência da América do Sul nos discursos diplomáticos brasileiros tem menos a ver com novas ideias sobre governança coletiva ou identidade regional comum e encontra mais sentido em considerações de poder e autonomia.

> Três proposições, portanto, marcam o pensamento brasileiro a respeito do ambiente regional: o Brasil pode gozar de poder, prestígio e influência nas relações internacionais sem que isso implique assumir o papel de potência regional; a região pode funcionar como um escudo protetor da "autonomia" nacional na era da globalização; e a região pode funcionar como uma plataforma de lançamento para o acréscimo de poder, prestígio e influência nacional. Apontando em direções distintas, as três convivem de modo flutuante e pouco confortável, ajudando a explicar, ao menos em parte, as ambiguidades da atitude brasileira em relação à América do Sul (SPEKTOR, 2010).

Sennes (2010), também qualifica como ambígua e pouco evidente a estratégia regional brasileira. O autor enfatiza que ela não corresponde ao discurso diplomático e este último deve ser considerado apenas como um dos vetores relevantes do processo. Segundo ele, a crescente presença regional do país observada nas últimas duas décadas nas esferas política e econômica não guarda relação causal direta com projetos de cunho integracionista, o autor ressalta que não quer dizer que o Brasil não disponha de uma agenda regional positiva, mas que há um transbordamento de ações derivadas de decisões governamentais ou privadas negociadas com atores públicos e privados de países vizinhos em bases bilaterais.

Nesse ponto nos é útil a análise desenvolvida por Malamud (2012) acerca da característica da integração regional na América do Sul. Para ele não se pode usar o termo "integração regional" para classificar os processos regionalistas no subcontinente, uma vez que eles fogem da concepção clássica desenvolvida por Haas (1967) na qual necessariamente os estados nacionais perdem atributos factuais de soberania.

Malamud soma a essa definição o fato de que essa perda de soberania ocorre em detrimento da criação de instituições permanentes e comuns capazes de tomar decisões pelos membros. O autor coloca que nada menos do que isso - aumento dos níveis de comércio, encorajamento do aumento de contato entre

as elites, facilitação da comunicação entre pessoas nas fronteiras nacionais - pode ser chamado de integração regional.

A integração regional é evocada usualmente nos discursos de política externa a partir dos anos 1990, no entanto o que observamos é que conforme coloca Malamud, a soberania nacional tem sido sempre mais valorizada do que os ganhos vindos de uma integração regional nos moldes de Haas.

Torna-se essencial para uma análise mais clara a desvinculação do uso indiscriminado de "integração regional" para qualquer dinâmica da ação brasileira na América do Sul. Por mais que o discurso diplomático nos leve a pensar em tais moldes.

Com a complexificação do cenário comercial e econômico regional a partir de 2000, não é tarefa fácil rastrear todas as frentes e atores brasileiros envolvidos em ações na região. O aumento dos fluxos de comércio entre o Brasil e seus vizinhos, principalmente de manufaturados quesito no qual o país é superavitário com qualquer outro na América do Sul, somados aos aumentos dos investimentos externos brasileiros (IEDBs) e a participação cada vez mais frequente de empresas e serviços nacionais provocaram impactos que independem das intenções oficiais brasileiras. Os movimentos brasileiros têm repercussões na região, mesmo que não estejam incorporados em políticas e iniciativas explícitas (Força Tarefa América do Sul – CEBRI, 2007).

A raiz dessa ambivalência brasileira – e o distanciamento entre seu discurso diplomático regionalista e posturas efetivas reticentes a ele – está na ausência de consenso doméstico sobre os benefícios do projeto regional para o Brasil (SENNES, 2010).

Além da falta do consenso doméstico e até mesmo do desconhecimento por parte de setores chave da sociedade sobre questões relacionadas à integração sul-americana como a IIRSA, não se conhece também de forma sistematizada os interesses desses próprios setores em relação à América do Sul. Conforme nos aponta o relatório produzido pelo CEBRI em 2007, essas dúvidas permeiam diversos setores da sociedade e da burocracia estatal.

Dessa forma não há dúvida de que a América do Sul é vista desde o Brasil sob várias óticas, arriscamos apontar algumas: 1) uma ótica ligada mais às questões políticas e de governança regional, tendo a diplomacia como maior interlocutor. O principal objetivo desse discurso é buscar a convergência político-ideológica na região; 2) uma ótica da América do Sul como extensão do *lócus* de expansão e desenvolvimento da economia brasileira tendo o BNDES e as empresas brasileiras que atuam na região como principais atores e 3) a ótica do discurso da necessidade da integração regional como forma de desenvolvimento da região, ancorada pelo governo e diplomacia e que funciona como elemento legitimador da atuação brasileira em qualquer esfera que o país participe na América do Sul.

A IIRSA NA LITERATURA

Os analistas leram a IIRSA dentro dessas categorias que colocamos acima. Ao deslocarmos o foco do governo para a sociedade brasileira a constatação foi de que não houve conhecimento sobre a iniciativa, nem mesmo por setores que teriam interesse em participar da mesma.[25]

[25] Conforme relatório elaborado pela Prospectiva Consultoria em 2008, baseado em entrevistas com empresários sul-americanos o conhecimento sobre a IIRSA é baixo ou nenhum.

A iniciativa, na maioria dos casos foi tratada de forma superficial também na mídia ou em estudos sobre integração regional da América do Sul no Brasil. O interessante foi observar que o tema ao qual a IIRSA se baseia, a infraestrutura, pode ser considerado um "tema quente" nos últimos anos. Fato que se comprovou com a incorporação da infraestrutura como um dos três pilares constitutivos da Unasul.

Notamos que a IIRSA apareceu nas abordagens brasileiras sobre a questão da infraestrutura como coadjuvante, mesmo sendo ela o símbolo primeiro da convergência dos 12 governos da região em torno do tema. A inicativa aparece basicamente atrelada a três contextos:

1. Inserida na discussão do papel da região na economia internacional e no diagnóstico da necessidade de tornar os produtos sul-americanos mais baratos por meio da diminuição dos custos de produção, impactados pela precária condição da infraestrutura da América do Sul; via de regra o foco dessas análises é o comércio com a Ásia e a otimização dos meios de se chegar até esse continente.
2. A IIRSA também aparece ligada à discussão da expansão das empresas brasileiras de construção civil na região através do BNDES, e na maioria dos casos como sendo o meio pelo qual esse movimento se dá. Conforme já observamos anteriormente essa visão parte de uma interpretação que não corresponde ao que de fato aconteceu. (PADULA, 2008; NYKO, 2011; ARAÚJO JR., 2012)
3. Uma última visão, está relacionada com o papel do Brasil na América do Sul. Ligado também à questão do aumento da presença brasileira na região através de produtos e de empresas. Essa visão é a de que houve um perfil hegemônico na atuação brasileira, gerando uma

> imagem negativa junto as sociedades nacionais sul-americanas e cujos projetos da IIRSA seriam a expressão dessa forma de atuar classificada como "imperialista". Nessas análises soma-se o fato de que o país não estaria disposto, em contraponto, a se tornar o *paymaster* da integração regional agindo de maneira individualista onde o maior interesse seria a expansão dos serviços e empresas de construção civil (CECENA, 2009; NOVOA, 2009; VERDUM, 2008; ZIBECHI, 2012; LUCE, 2007; COUTO.A, 2010).

Em termos gerais não houve uma abordagem mais criteriosa sobre o que foi a iniciativa e o que se pode colocar em sua conta, isso gerou algumas análises distorcidas para mais e para menos acerca do peso da IIRSA na América do Sul. A ambiguidade do papel do Brasil nas análises, ora acusado de imperialista, ora cobrado como *paymaster* da integração é ponto-chave para avançarmos na compreensão do perfil brasileiro no regionalismo sul-americano.

CARACTERÍSTICAS DO REGIONALISMO À BRASILEIRA: A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA IIRSA.

Sennes (2010) coloca que nos últimos anos a atuação brasileira na integração regional sul-americana se caracterizou por um modelo baseado em cúpulas e espaços de coordenação, mesmo com o esforço diplomático no sentido contrário. A IIRSA poderia ilustrar essa colocação de forma acabada segundo este autor.A participação brasileira na IIRSA, conforme apuramos com

entrevistas feitas com membros do governo[26] envolvidos na iniciativa nos aponta que essa colocação está correta.

Tanto o coordenador nacional da IIRSA no Brasil, secretário da Secretaria Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no Ministério do Planejamento, quanto o funcionário do Itamaraty concordaram sobre o motivo do distanciamento do país ao longo do processo da IIRSA. Segundo eles o caráter estritamente técnico corrobou com a carência de suporte político e engajamento de autoridades de alto nível dos países e a busca de coordenação para a resolução dos entraves das obras.

No entanto, nos cabe observar que a escolha por uma característica mais técnica da iniciativa foi opção do próprio governo brasileiro ao eleger o Ministério do Planejamento como principal órgão atuante no processo da IIRSA. O secretário da SPI é automaticamente detentor do cargo de coordenador brasileiro na iniciativa, cabendo ao MRE a vice-presidência. Apesar de cumprir funções diferentes MRE e MP sempre atuaram conjuntamente e houve uma boa comunicação entre esses dois órgão ao longo do processo da IIRSA, o que nos leva a sugerir que o MRE tinha condições de propor maior engajamento político na iniciativa caso esse fosse um dos objetivos.

Assim, por parte da participação oficial do governo brasileiro na IIRSA podemos deslocar o foco de atenções do MRE e do discurso de promover a integração regional para uma participação burocrática e estritamente técnica do MP. Esse perfil de atuação deve ser levado em conta como uma escolha

[26] Foram entrevistados o Coordenador nacional da IIRSA, secretário da SPI do Ministério do Planejamento e o funcionário da Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos da América do Sul, Central e Caribe – (CGDECAS) do Ministério de Relação Exteriores. Ambas entrevistas ocorreram no segundo semestre de 2012.

brasileira inclusive quando lançou os moldes de funcionamento da iniciativa, e não resultado independente de uma não-evolução da IIRSA.

Aqui fazemos menção a um apontamento que já colocamos anteriormente, sugerindo que o regionalismo "à brasileira" presente na proposta da IIRSA buscou a convergência política entre os países a respeito do tema da infraestrutura mas não pretendeu criar uma instituição regional dotada de caráter deliberativo com poderes para suplantar as ações dos países bilateralmente.

Esse traço marcante do regionalismo brasileiro pode ser notado em fala do presidente Lula na I Reunião de Chefes de Estado da Casa, em 2005: "Não queremos duplicar esforços nem estruturas institucionais. Desejamos a articulação das várias instâncias de diálogo, coordenação e integração que já possuímos" (LULA, 2005).

O coordenador nacional corroborou dessa visão ao levantar que as negociações entre os países para realização das obras aconteceu fora das mesas da IIRSA, mas apoiada em um conhecimento dos projetos emanados durante essas reuniões. As visões de que o Brasil exerceria uma postura "imperialista" através da IIRSA não se sustenta pois o país agiu majoritariamente fora das instâncias da iniciativa.

O Brasil tem um total de 86 projetos na carteira da IIRSA conforme informação do banco de dados, em dezembro de 2012. Desses, 69 estão na carteira geral e 17 estão na carteira de projetos prioritários. O BNDES aparece como financiador direto de 3 projetos.Contam 17, os projetos concluídos pelo Brasil na IIRSA. A análise desses projetos nos indica a tendência da predominância de projetos nacionais e do financiamento via tesouro conforme nos apontou o coordenador nacional.

A escolha das obras que entraram na IIRSA pelo Brasil foi feita baseada nos planejamentos setoriais anteriores do Ministério do Planejamento, o coordenador nacional nos disse que basicamente todos esses projetos estão na carteira da IIRSA. Foi salientado que não há necessidade, em termos de execução, dos projetos brasileiros estarem na carteira mas que isso foi feito por uma questão de visibilidade dessas obras aos outros países. A IIRSA não foi incorporada como algo do planejamento interno brasileiro, segundo palavras dele*:* "[...] Você não vai ver no Brasil uma obra identificada à população como 'obra da IIRSA', em outros países como o Peru e o Equador isso é institucionalizado internamente."

Essa colocação é interessante pois nos leva a entender o tom mais crítico que a IIRSA foi analisada em trabalhos acadêmicos com origem nesses países. Ao contrário, no Brasil, não se há ao menos conhecimento difundido entre boa parte da sociedade do que é a iniciativa ou que todos os projetos do PAC, por exemplo, fazem parte de uma carteira de obras com potencial de integração regional.

Em relação ao BNDES, podemos dizer que no discurso político a IIRSA foi colocada como um dos principais meios de ação para o banco promover a integração regional sul-americana. No entanto, não houve participação massiva do BNDES nos financiamentos das obras da IIRSA, além disso conforme apontou o coordenador nacional o BNDES financia os projetos que lhe são apresentados por empresas brasileiras estando essas na linha de frente de ação. Não existiu, portanto, um papel de protagonismo ou antagonismo do banco nos projetos da iniciativa, ocorreu uma participação essencialmente pragmática e ancorada nas restrições normativas dessa instituição.Com isso queremos dizer

que a integração regional não foi o aspecto definidor na escolha do banco brasileiro ao financiar obras de infraestrutura na América do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar a IIRSA como a sul-americanização da estratégia de planejamento de infraestrutura interna brasileira, ela foi a proposta de maior expressão para a América do Sul na política externa no governo FHC sofrendo uma reavaliação nos governos Lula. Por ser considerada um projeto ligado às diretrizes do governo antecessor não adquiriu relevância na política externa a partir de 2003. Isso não significa dizer que ela foi abandonada, mas que o enfoque da política externa de Lula foi buscar a convergência político-ideológica dos governos de esquerda da região na conformação de propostas priorizando questões políticas e sociais, o que possibilitou o surgimento de novas iniciativas como a Unasul.

No entanto, se no discurso diplomático de Lula a IIRSA vai desaparecendo ao longo dos anos o tema da infraestrutura ganhou relevância regional e nacional durante seu governo, em detrimento do avanço institucional da iniciativa. Nesse ponto podemos dizer que o discurso diplomático brasileiro em torno da necessidade da integração de infraestrutura se descolou da IIRSA e ganhou autonomia na estratégia do país para a América do Sul, servindo como legitimação para os financiamentos do BNDES às empresas de construção civil brasileiras na região.

É interessante notar que a participação do banco brasileiro no financiamento das obras de infraestrutura adquiriu, talvez pela falta de clareza da estratégia brasileira na região, certa ambiguidade na avaliação dos analistas

e dos governos vizinhos. Ora cobrou-se uma postura de *paymaster* do governo brasileiro no financiamento das obras, ora acusou-se o uso do banco como indicativo das intenções hegemônicas do país na América do Sul.

A IIRSA representou um modelo de integração regional que serve para ilustrar o perfil brasileiro no regionalismo sul-americano da década de 2000. O país liderou o lançamento e a criação da iniciativa, não tomou medidas efetivas para garantir aprofundamento institucional que envolvesse alguma carga de supranacionalidade, ao longo dos anos avaliou que ela não correspondeu aos objetivos da sua política externa e re-lançou a proposta sob nova roupagem através do Conselho de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) na Unasul.

O regionalismo à brasileira na década de 2000 pode se representado por algumas características principais: o fortalecimento do caráter de negociação bilateral/intergovernamental nas iniciativas, baixo compromisso institucional, afirmação da importância da integração regional nos discursos diplomáticos buscando convergência política dos países vizinhos em temas de interesses próprios de sua política externa. A política brasileira foi assertiva em relação à América do Sul, no entanto, ela caminhou em paralelo às iniciativas de integração que propunha, daí o paradoxo (SENNES, 2010).

Não é nosso objetivo enquadrar todas as iniciativas de integração regional propostas pelo Brasil dentro desse paradoxo, mas apontá-lo como uma contribuição às reflexões acerca da atuação brasileira na América do Sul na década de 2000-2010.

Podemos dizer que de modo geral a iniciativa "não vingou" na região por conta de uma escolha dos próprios países e do Brasil, a IIRSA não pairou no ar. Em 2009, a IIRSA foi relegada à categoria de órgão de apoio técnico ao Cosiplan

o que representa de fato o fim da iniciativa como proposta principal para a integração física da América do Sul.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri. (2001) *Eixos de Articulação Territorial e Sustentabilidade do Desenvolvimento no Brasil.* Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: Fase. (Série Cadernos Temáticos, n. 10)

ALVES, Rodrigo. (2008) *A temática financeira na agenda da política externa do governo Lula: o BNDES e o modelo de participação e exposição financeira do Brasil na América do Sul.* Dissertação defendida no PPGRI-San Tiago Dantas.

_____. Corporação Andina de Fomento: *o financiamento da infraestrutura integradora sul-americana e a participação do Brasil*. Meridiano 47, v. 12. n. 123. Jan-Fev 2011.

ARAÚJO JR., José Tavares. (2009) *Infraestrutura e integração regional: o* papel da IIRSA. Rio de Janeiro. Breves CINDES.

_____. (2012) *Os atuais estilos de inserção internacional do Brasil e da China.* Rio de Janeiro. Breves Cindes.

BATISTA, Eliézer. (1997) *Infraestrutura para desenvolvimento sustentado e integração da América do Sul.*Editora: Expressão e Cultura.Rio de Janeiro.

BNDES. *Integração da América do Sul: o BNDES como agente de política externa.* Informe BNDES, Rio de Janeiro, n. 187, nov. 2004. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/Informe_BNDES/>. Acesso em: 05 out. 2012.

_____. *(2004) Temas para a promoção comercial brasileira 2001-2004*. Publicações BNDES.

BID. (2002) *Beyond Borders: The New Regionalism in Latin America*. IDB Report. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=1638661>. Acesso em: 10 maio 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Discurso no encerramento da 1ª Reunião de Presidentes da América do Sul (Brasília, 2000)*. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/2o-mandato/2000-2-semestre/23.pdf/at_download/file>. Acesso em: 05 maio 2012.

_____. *Discurso no encerramento da 2ª Reunião de Presidentes da América do Sul (Guayaquil-Equador. 2002).*Disponivel em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/2o-mandato/2002-2-semestre/26-e-27-de-julho-de-2002-discurso-por-ocasiao-da-ii-reuniao-de-presidentes-da-america-do-sul/view>. Acesso em: 05 maio 2012.

CARVALHO, Clarissa.R.P. *O Protagonismo do BNDES no financiamento da infraestrutura sul-americana durante o governo Lula: interface entre interesses domésticos e a Política Externa.* Brasília, 2012. Artigo apresentado no I Seminário Nacional de Pós-Graduação de Relações Internacionais (ABRI).

_____. *(2011) A Atuação do BNDES na Integração da América do Sul.* Recife,. Dissertação de Mestrado defendida no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

CEBRI-CINDES Forca Tarefa. (2007) *O Brasil na América do Sul*. Relatório Final. Mimeo. Rio de Janeiro.

CECENA, Ana Esther. (2009) *Os caminhos e os agentes do saqueio da América Latina.* In: Empresas Transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário. São Paulo. 1ª ed. Editora Expressão Popular.

CEPAL. *El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe*. Cidade: Editora, 1994. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/7/4377/lcg1801e.htm>. Acesso em: 14 fev. 2013.

COUTO, Alessandro.B. *(2010) "O desenvolvimento geográfico desigual e a iniciativa de integração de infraestrutura da América do Sul (IIRSA) 2000-2010"*. Dissertação de mestrado defendida no IRI-PUC Rio.

COUTO, Leandro. F. (2010) *Política externa brasileira para a América do Sul: as diferenças entre Cardoso e Lula.* Revista Civitas, v. 10, n. 1. Porto Alegre.

_____. *A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana-IIRSA como instrumento da política exterior do Brasil para a América do Sul.* Oikos n. 5. 2009.

DEOS, Simone; WEGNER, Rubia. *Cooperação financeira e o financiamento da infraestrutura na América do Sul*. OIKOS. Rio de Janeiro, outubro de 2010. v. 9, n. 2. Disponível em:<www.revistaoikos.org.>. Acessado out. 2012.

DUPAS, Gilberto; OLIVEIRA, M. F. (2008) *A União Sul-americana de nações: oportunidades econômicas e entraves políticos.* In: Novas lideranças Políticas e alternativas de governo na América do Sul- Luis Fernando Ayerbe (org.). São Paulo: Editora Unesp.

FIORI, José Luis. (2011) *Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana*. Textos para discussão Cepal. Ipea n. 42.

IIRSA. *Evolução da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana: aspectos gerais.* 2009. Disponível em: <http://www.iirsa.org/BancoMedios/Documentos%20PDF/lb09_seccion1_por.pdf>. Acesso em: 15 set. 2012.

_____. Sección V.*Cartera de projetos IIRSA 2004.*Disponível em: <http://www.iirsa.org/BancoMedios/Documentos%20PDF/lb04_14_seccion_v.pdf.> Acesso:7 abr. 2011.

HOFMANN, A. R.; COUTINHO, Marcelo; KFURI, Regina. *Indicadores e análise multidimensional do processo de integração do Cone Sul.* Revista Brasileira de Política Internacional, v. 51, n. 2, p. 98-116, 2008.

LIMA, Maria Regina; COUTINHO, M.V. (2007) Uma versão estrutural do regionalismo. In: DINIZ, Eli (org.). *Globalização, Estado e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

LUCE, Mathias. (2007) *O sub imperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)*. Dissertação de mestrado defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFRGS.

MALAMUD, Andrés. (2012) *Sovereignty is back, Integration is out: latin americam travails with regionalism.* In: The State of the Union(s): The Eurozone Crisis, Comparative Regional Integration and the EU Model. Joaquín Roy (coord.) Miami.

MANTEGA, Guido*. Integração da Infraestrutura de América do Sul*. Anais. Foz do Iguaçu: Primeira Rodada de Consultas para Construção da Visão Estratégica Sul-Americana no Brasil, 2005. 16 slides. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/apresentacoes/mantega_IIRSA.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2011.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *As grandes linhas da política externa brasileira.* Textos para discussão CEPAL-IPEA,n.45.2011.

_____.*O Brasil e a América Latina: opções políticas e Integração Regional.* Texto apresentado no IV Congresso da Associação Latino-Americana da Ciência Política (ALACIP) realizado na Universidade da Costa Rica, Agosto de 2008

NYKO, Diego. (2011) *Integração Regional, Cooperação Financeira e a Atuação do BNDES na América do Sul no período recente.* Dissertação de Mestrado apresentada no Instituto de Economia da Unicamp. Campinas.

NOVOA, Luis. (2009) *O Brasil e seu 'desbordamento': o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul*. In: Empresas Transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário. São Paulo, 2009. 1ª ed. Editora Expressão Popular.

PADULA, Raphael. (2010) *Integração regional de infraestrutura e comércio na América do Sul nos anos 2000: uma análise político-estratégica.* Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFRJ. Setembro.

SARAIVA, Miriam. *Política Externa Brasileira para os países sul-americanos e os processos de integração na região: crenças na formulação e pragmatismo na prática.* In: Anuario de la Integracion Regional da America Latina y el Gran Caribe, 2010. CRIES.

_____. *A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil:institucionalistas pragmáticos x autonomistas.* Mural Internacional, vol.1.Ano I.Jan-Jun, 2010.

SENNES, Ricardo. Brasil na América do Sul: internacionalização da economia, acordos seletivos e estratégia hub-and-spokes. IPEA. Revista Tempo do Mundo, vol.2, n.3.2010.

SENNES, Ricardo; MENDES, Ricardo. *Projeto América do Sul:serviços de logística,IIRSA e Integração regional*. Relatório Final.São Paulo, Junho de 2008.CINDES.Disponível em: <http://www.cindesbrasil.org/site2010/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=7&view=finish&cid=239&catid=23> Acesso: 13 maio 2012.

SILVA, Luiz Inácio Lula. *Discurso na 3ª Reunião de Presidentes da América do Sul por ocasião do anúncio da Rodovia Interoceânica (Cusco-Peru 2004).* Disponível em:< http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/2o-semestre/08-12-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-3a-reuniao-de-presidentes-

da-america-do-sul-por-ocasiao-do-anuncio-da-rodovia-interoceanica/view>. Acesso em: 23 out. 2012.

_____.Discurso no encerramento da 3ª Reunião de Presidentes da América do Sul (Cusco-Peru, 2004).Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/2o-semestre/08-12-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasiao-do-encerramento-da-3a-reuniao-de-presidentes-da-america-do-sul/view> Acesso em: 01 abr. 2012.

_____.*Discurso na abertura da 1ª Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-americana de Nações (Brasilia-Brasil, 2005).*Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/2o-semestre/30-09-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-primeira-reuniao-de-chefes-de-estado-da-comunidade-sul-americana-de-nacoes-casa/view> Acesso em: 05 jul. 2012.

_____.*Discurso no encerramento da 1ª Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-americana de Nações (Brasilia-Brasil, 2005).*Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/2o-semestre/30-09-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-encerramento-da-reuniao-de-chefes-de-estado-da-comunidade-sul-americana-de-nacoes-casa/view >.Acesso em: 08 set. 2012.

_____.*Discurso na 2ª Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-americana de Nações (Cochabamba-Bolívia, 2006).*Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2006/2o-semestre/09-12-2006-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-reuniao-dos-chefes-de-estado-e-de-governo-dos-paises-da-comunidade-sul-americana-de-nacoes-casa/view>. Acesso em: 05 maio 2012.

_____.*Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no encerramento da 2ª Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-americana de Nações (Cochabamba-Bolívia, 2006).* Disponível em:< http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2006/2o-semestre/09-12-2006-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-encerramento-da-reuniao-

dos-chefes-de-estado-e-de-governo-dos-paises-da-comunidade-sul-americana-de-nacoes-casa/view >.Acesso em: 23 jul. 2012.

_____.*Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante Reunião extraordinária de chefes de Estado e Governo da 1ª Reunião da Unasul (Brasilia-Brasil, 2008).*Disponível em: < http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/1o-semestre/23-05-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-reuniao-extraordinario-de-chefes-de-estado-e-de-governo-da-uniao-sul-americana-de-nacoes-unasul/view>. Acesso em: 08 ago. 2012.

_____.*Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante 3ª Reunião da Unasul (Quito-Equador, 2009).*Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/2o-semestre/10-08-2009-intervencao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-cerimonia-de-abertura-da-3a-reuniao-ordinaria-do-conselho-de-chefes-de-estado/view>. Acesso em: 30 maio 2012.

_____.*Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante Reunião Extraordinária da Unasul (Bariloche-Argentina, 2009).*Disponível em:< http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/2o-semestre/28-08-2009-intervencao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-reuniao-extraordinaria-do-conselho-de-chefes-de-estado-e-de-governo-da-unasul/view> Acesso em: 12 maio 2012.

_____.*Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante Reunião Extraordinária da Unasul (Los Cardales-Argentina, 2010).*Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/1o-semestre/04-05-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-reuniao-do-conselho-de-chefes-de-estado-e-de-governo-da-unasul/view >. Acesso em: 02 out. 2012.

_____.*Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante 4ª Reunião da Unasul (Georgetown,-Guiana, 2010).*Disponível em:< http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/2o-semestre/26-11-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-4a-reuniao-ordinaria-de-chefes-de-estado-e-de-governo-da-unasul/view> Acesso em: 12 abr.2012.

SPEKTOR, Mathias. *Ideias de ativismo regional: a transformação das leituras brasileiras da região.* Revista Brasileira de Política Internacional. vol 53, n.1.2010

VEIGA, Pedro; RÍOS, Silvia. *O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas*. Breves CINDES, n. 10, agosto de 2008.

VERDUM, Ricardo. (2008) *Financiamento e megaprojetos*: uma interpretação da dinâmica regional sul-americana. Brasília: Inesc.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. *A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação*. Contexto Internacional, vol.29, n.2, julho/dezembro 2007.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, M.F. de; CINTRA, R. *Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração.* Tempo soc., São Paulo, v. 15, n. 2, Nov. 2003 . Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200003&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 02 dez. 2012.

VIGEVANI; RAMANZINI JR. *Pensamento Brasileiro e Integração Regional.* Revista Contexto Internacional.Vol.32,n.2,julho-dezembro 2010.

ZIBECHI, Raul. *Brasil potencia. Entre la integración regional y un nuevo imperialismo.* Bogotá, 2012. 1ª ed. Ediciones Desde Abajo.

Recebido em 26.06.2013
Aprovado em 20.08.2013